



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 10523/24

Rubrica: Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 533c58a1-1add-441a-be4d-95e16a7acf75  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 010523/2024  
Data: 25/04/2024 11:44:52  
Origem: CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: MATEUS DE CASTRO  
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS  
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 25/04/2024 11:45:05	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PÚBLICAS**

**À AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE**

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 90.038/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.981/2024**

**CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA, CNPJ: 26.768.764/0001-15,** com sede à Avenida Pereira Barreto n. ° 1395, Sala 33 Anexo 01 – Paraíso, na cidade de Santo André, estado de São Paulo – CEP: 09.190-610, Email: [juridicos.mep@gmail.com](mailto:juridicos.mep@gmail.com); [docsassessoria@gmail.com](mailto:docsassessoria@gmail.com), Telefone: (65) 3028-4200, vem através deste, neste ato representado por sua procuradora, Sra. Priscila Consani das Mercês Oliveira, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG n. ° 10.616.831-8/SSP-PR, inscrita no CPF n. ° 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, com escritório profissional na Avenida Miguel Sutil n. ° 8388, sala 1005, 10º andar, Bairro Santa Rosa, na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso apresentar as suas **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO** frente à decisão que habilitou a empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA**, pelos fatos e direitos a seguir:



## I – DA TEMPESTIVIDADE

Do Edital em seu item 17.01.02:

### 19. RECURSOS

19.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

Data da intenção de recurso: 18/04/2024

Data máxima para apresentação das razões de recurso: 23/04/2024

**Data da apresentação: 23/04/2024**

Portanto, tem-se a presente peça como **tempestiva**, devendo ser recebida, apreciada e julgada em conformidade com os ditames processuais e princípios licitatórios.

## II – DO BREVE REALATO DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 90.038/2024, onde o Município de Nova Friburgo/RJ, tinha como objetivo a “**CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o serviço de Certificação Digital, para atender às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital**”

Após a fase formulação de lances, e inabilitação/desclassificação de duas licitantes, a empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA**, foi declarada classificada e



posteriormente **HABILITADA**. Ocorre que, a habilitação se deu de forma indevida, pois, foram observadas as seguintes irregularidades:

**PRIMEIRA:** O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA (**Autoridade de Registro – AR**), tem como emitente a AC SYNGULARID (**Autoridade Certificadora – AC**), que é a certificadora que irá emitir o próprio certificado, ou seja, quem atesta é o próprio Agente Certificador que será beneficiado na venda, sendo óbvio o seu interesse na vitória da empresa VISATTO, fato este que pode ser confirmado em simples diligência na cadeia hierárquica da ICP BRASIL;

**SEGUNDA:** Não apresentou as duas últimas alterações contratuais, que ocorreram nas seguintes datas: **Data: 30/08/2023, sob o registro n.º: 1.161.256/23-4; e Data: 04/10/2023, sob o registro n.º 1.189.385/23-5;** como pode ser verificado na através do Portal de Serviços da Junta Comercial do Estado de (JUCESP), descumprindo o exigido nos itens 15.4. e 15.11. do Edital.

Diante o exposto, não se vê outra forma de resguardar do direito de ser tratado de forma isonômica e legal, onde a empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA** possa ser devidamente **inabilitada**, frente as irregularidades constantes nos documentos de habilitação, que não podem passar despercebido por esta Comissão Permanente de Licitação.

### III – DOS DIREITOS

#### III.1 – DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO PELA CERTIFICADORA – (IMPARCIAL)

O Edital exige para fins de Qualificação Técnica:

##### 18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 - **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item**



**pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

Para cumprir com o dispositivo do Edital colacionado acima, a Recorrida apresentou o seguinte atestado de capacidade técnica:

**syngular.y**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA credenciada pela cadeia ICP-Brasil, inscrita no CNPJ nº 30.722.213/0001-9, estabelecida na AC SyngularID Múltipla prestou e vem prestando serviços de Certificados Digitais padrão ICP-BRASIL, desde março de 2023.

Até o presente momento realizou a emissão de 9610 certificados digitais entre modelo A1 e A3, com e sem token.

Com relação aos serviços prestados, os profissionais da empresa VISATTO apresentaram excelente nível técnico e capacitação para realizar trabalhos desta natureza.

Declaramos ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, atendidos os prazos determinados em contrato, nada constando em nossos registros, até a presente data, nada que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Atenciosamente,

Florianópolis, 23 de janeiro de 2024.

GUSTAVO  
BUENO  
MOHR:085097  
15947

Assinado digitalmente por GUSTAVO  
BUENO MOHR:08509715947  
ID: C=BR, O=Presencial, OU=276375430001186, CN=AC SyngularID  
Múltipla, CN=ICP-Brasil, CN=GUSTAVO  
BUENO MOHR:08509715947  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização  
Data: 2024.01.23 15:00:40-0300'  
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

**Gustavo Mohr – Diretor de Operações**



Ocorre que este atestado não é válido a comprovar a capacidade técnica da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, por ser IMPARCIAL, explica-se. Inicialmente é preciso entender o vínculo entre a empresa Recorrida (Autoridade de Registro - AR), e a empresa emissora do atestado (Autoridade Certificadora - AC), vejamos o conceito da natureza dessas empresas:

Uma **Autoridade Certificadora (AC)** é responsável por autenticar, emitir e revogar os certificados que são demandados pelas Autoridades de Registro.

Já a **Autoridade de Registro (AR)**, fica encarregada de receber, validar e enviar as solicitações de revogação ou emissão do certificado para as autoridades certificadoras. Ou seja, ela atua como um intermédio entre o usuário e a Autoridade Certificadora (AC).

Frisa-se que, o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA (**Autoridade de Registro – AR**), tem como emitente a AC SYNGULARID (**Autoridade Certificadora – AC**), que é a certificadora que irá emitir o próprio certificado, ou seja, quem atesta é o próprio Agente Certificador que será beneficiado na venda, sendo óbvio o seu interesse na vitória da empresa VISATTO, fato este que pode ser confirmado em simples diligência na cadeia hierárquica da ICP BRASIL<sup>1</sup>;

Ora Senhores(as), o próprio atestado qualifica a empresa Recorrido, como "estabelecida na AC SyngularID Múltipla". Logo, não pode ser desconsiderado vínculo profissional, operacional e econômico entre as partes. E este é exatamente o entendimento que vem sendo adotado nos processos licitatórios, Vejam decisão em situações idênticas ao presente fato:

---

<sup>1</sup> <https://estrutura.iti.gov.br/>



Segue entendimento adotado pela Justiça Federal - Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a inabilitação de empresa (AR), que apresentou atestado emitido por sua certificadora (link abaixo)

<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/TermoJulg2.asp?prgCod=915764&ipgCod=25327260&Tipo=DP&seqSessao=1>

Abaixo os fragmentos da decisão proferida pela JFSC para nos inabilitar:

Da decisão do Pregoeiro:  
**A empresa classificada em primeiro lugar foi inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica em desconformidade com o item 9.2, alínea “f”. O Pregoeiro entendeu que a emitente do atestado de capacidade técnica deveria ser empresa não interessada na eventual contratação da atestada com a Justiça Federal. Em seu entendimento, deveria ser uma empresa cliente e não uma empresa que se fizesse presente na “linha de produção” dos serviços contratados.**

[...]

Ou seja, a decisão do pregoeiro não está afastada da realidade. Ela segue os mesmos caminhos das licitações indicadas pela recorrente. Há todo um processo de conhecimento do mercado que precisa ser melhor compreendido pelos setores requisitantes dos serviços e adequado ao termo de referência, caso se confirme. Ao pregoeiro, cumpre observar o edital convocatório, sob pena de favorecimento ou infração ao princípio da isonomia. Mesmo tendo verificado dois precedentes indicados pelo NTI, PR 23/2020- TRF5R e 39/2020- TJMT, e tendo observado as mesmas exigências quanto ao atestado de capacidade técnica postas na presente licitação, não sente, o pregoeiro, segurança jurídica para aceitar o atestado apresentado, uma vez que, embora cumpra o desiderato (inclusive temporal em razão das notas fiscais e contratos juntados), falha ao critério de “interesse na causa”. Se por um lado não há vedação na lei para aceitar o atestado de capacidade técnica emitido por empresa que tenha interesse na contratação, por outro lado, é passível de apontamento pelos órgãos de controle, o que por si só, é suficiente para o pregoeiro manter uma posição mais conservadora e em obediência aos princípios administrativos e licitatórios. Sendo assim, o pregoeiro decide manter a decisão de inabilitar a empresa RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI. À consideração superior.

A SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA – SECIJU, também adotou o mesmo entendimento (conforme link e fragmentos da decisão colacionada abaixo):

<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/TermoJulg2.asp?prgCod=915764&ipgCod=25327260&Tipo=DP&seqSessao=1>



DECISÃO FINAL Nº 004/2022

I - RELATÓRIO:

**Em análise o recurso administrativo**, fls. 379/380, em que a empresa RIO MADEIRA CERTIFICADORA DIGITAL EIRELI insurge-se contra a decisão da pregoeira que classificou a proposta e habilitou, no certame em epígrafe, a empresa AR RP CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI, **questionando a validade do Atestado Técnico apresentado pela licitante ora recorrida.**

[...]

Mediante o DESPACHO N.º 099/2022, de fl.447, os autos foram encaminhados à Procuradoria Geral do Estado – PGE/TO, que manifesta-se das fls. 448 a 454, por meio do PARECER “SPA” Nº 91/2022, no mesmo sentido da Decisão da pregoeira, pelo PROVIMENTO do recurso, a saber:

“ ... Ocorre que, segundo se extrai da cópia de fls. 408/420, o contrato de prestação de serviços, que tem por objeto o credenciamento de Autoridade de Registro – AR, a prestação de serviços de certificação digital e fornecimento de certificados digitais ICP-BRASIL, bem como a consultoria e o treinamento para instalação da AR – Autoridade de Registro, para que, por meio desta, sejam revendidos aos clientes finais, foi celebrado com a empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A na qualidade de contratada (Autoridade Certificadora).

**Nesse viés, merece destaque o fato de que Autoridade Certificadora – AC e Autoridade de Registro – AR guardam diferenças relevantes entre si. As Autoridades Certificadoras são entidades, tanto públicas quanto privadas, que emitem, expedem, distribuem, revogam e gerenciam os certificados, disponibilizando aos usuários lista de certificados revogados e outras informações necessárias, e mantendo o registro de suas operações.**

**Já as Autoridades de Registro são entidades públicas ou pessoas jurídicas de direito privado credenciadas pela AC-Raiz e que sempre serão vinculadas operacionalmente à determinada Autoridade Certificadora (é o elo entre o usuário e a AC e tem por objetivo receber e encaminhar as solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais às ACs e identificar os solicitantes).**

**Percebe-se, assim, que existe uma estrutura hierárquica entre elas e um claro interesse da autoridade certificadora na contratação do objeto pela empresa vencedora, circunstância esta que, apesar de não ser ilegal, lhe retira a idoneidade necessária para emitir o atestado de capacidade técnica por não ser usuária final do serviço.**

[...]

II – DECISÃO:

Diante do exposto, considerando os fatos e circunstâncias aqui relatados, alicerçada na legislação vigente, nos princípios da isonomia e da vinculação ao Edital, e, sobretudo, nas manifestações da Secretaria requisitante e da Douta PGE/TO, **CONHEÇO do recurso em análise, opinando pelo PROVIMENTO de suas razões, RATIFICANDO o teor da DECISÃO SCCL Nº 004/2022, de fls. 438/440.**”



Logo, o atestado emitido pela empresa SYNGULAR, assinado pelo seu diretor operacional Gustavo Mohr, é **inválido para o certame**, isso porque, **as empresas possuem relação de parceria, não sendo possível garantir/atestar com imparcialidade, pois o mesmo nem ao menos se trata do consumidor final. Nesse sentido**, tem-se a decisão n.º 008/2018 proferida em sede Recursal, pela Secretaria do Estado de Segurança Pública – MT, no Edital de Pregão Eletrônico n.º 024/2018/SESP:

*“ Sob essa ótica, quando diante de uma “brecha jurídica”, como se reportou a recorrente à situação em comento, deve-se utilizar dos princípios e diretrizes que norteiam o Direito Administrativo, dentre os quais impende destacar o **Princípio da Moralidade**.*

*Nesse sentido, **tem-se como viciado em sua origem um atestado de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas integrantes de mesmo grupo comercial, pelo óbvio motivo de que as duas empresas possuem o mesmo interesse, desvestindo-se, o documento, da imparcialidade.***

*Ademais, a imparcialidade é conditio sine qua non quando da emissão de atestado de capacitada técnica, visto ser o documento que comprova que a empresa possui aptidão para cumprir as obrigações a serem contraídas. Desse modo, **caso não houvesse a necessidade de o atestado ser emitido por pessoa jurídica imparcial, também não haveria a necessidade do atestado, sendo suprido por uma simples declaração da interessada de que possui a capacidade necessária à execução do contrato.***

*Nessa seara, **impende destacar que, em que pese a representante e representada não pertencerem ao mesmo grupo comercial, não se vislumbra imparcialidade no documento apresentado, visto que o objetivo de ambas as empresas é a vitória no presente certame, Ex positis, recebo o presente recurso administrativo, mas no mérito nego-lhe provimento. Destarte, homolgo os termos da Manifestação nº 005/2018/COAC/SAAS/MT, ratificando suas conclusões, mantendo a decisão pela INABILITAÇÃO da licitante LEIDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI proferida pela Comissão Permanente de Licitação da SESP/MT, com substrato nos fundamentos de fato e de direito acima consignados.***

Outrossim, verifica-se que a SYNGULAR não é o cliente final, e, portanto, como poderiam atestar algo para a empresa VISATTO (AR). Ficam os seguintes questionamentos:

- Foi a SYNGULAR que recebeu os produtos/serviços finais?
- Qual o valor que a SYNGULAR pagou pelo certificado?



- O que a SYNGULAR pode dizer acerca do funcionamento do certificado?

- Quando a SYNGULAR usou os certificados?

**Assim, por qual motivo os clientes finais não elaboraram um atestado, ora que, deve ser o atestado emitido por quem recebeu os produtos/serviços finais, ora que, cabe a eles falar se os produtos foram bons ou ruins, bem como, se os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente.**

Assim, REQUER-SE que a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA seja devidamente inabilitada, com base na sua falta de comprovação de aptidão técnica para fins de atendimento ao Edital, tendo em vista que apresentou atestado de capacidade técnica **imparcial**, emitido pela própria certificadora para a qual trabalha, ou seja, a ATESTANTE não é consumidor, e sim FORNECEDOR dos certificados.

### **III.II – DA AUSÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL**

O Edital exige para fins de habilitação jurídica:

#### **15. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

[...]

15.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede**, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

[...]

**15.11 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

Em análise da Alteração do Contrato Social consolidada apresentada pela Recorrida, foi possível identificar, através da Certidão Simplificada,



bem como, através do Portal de Serviços da JUCEMAT, que, posterior a alteração apresentada, tiveram mais duas alterações contratuais que não foram apresentadas.

A empresa Recorrida apresentou apenas a “OITAVA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL” (consolidada), registrada em 26/12/2022, sob o nº 665.533/22-6. Ocorre que, após este evento, foi realizado dois novos arquivamentos, um em 04/10/2023, sob o registro nº: 1.189.385/23-5, como pode ser verificado na Certidão Simplificada da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, e outro em 30/08/2023 sob o registro nº: 1.161.256/23-4, conforme consultado através do Portal de Serviços da JUCESP. Vejam:

Sessão	Nº Registro	Protocolo	Descrição	
<input type="radio"/> 27/09/2019	0	2030605190	CONSTITUIÇÃO DE 35231821742	
<input type="radio"/> 27/09/2019			TRANSFORMADA DE NIRE 35630172926.	
<input type="radio"/> 27/09/2019	794.481/19-0	2030604197	REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAM ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 13/02/2020	091.213/20-4	0124092202	ADMITIDO DAYNEE BENVINDO DA SILVA, ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 18/05/2020	173.091/20-9	0284745200	REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE DAYNEE ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 14/10/2021	497.143/21-5	0974764218	RETIRA-SE DA SOCIEDADE DAYNEE BENVI ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 14/07/2022	360.718/22-0	0854779220	ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input checked="" type="radio"/> 26/12/2022	665.533/22-6	2717753229	ADMITIDO NELSON GOMES LIMA, NACIONA ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 30/08/2023	1.161.256/23-4	SPN2315796958	ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETOR ...	<a href="#">DETALHES</a>
<input type="radio"/> 04/10/2023	1.189.385/23-5	SPP2330976427	ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / ...	<a href="#">DETALHES</a>

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
04/10/2023	1.189.385/23-5	
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA.		
ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 04/10/2023.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARIA ISABEL GOMES DE LIMA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: PARDA, CPF: 810.319.807-25, RG/RNE: 067121251 - RJ, RESIDENTE À ENTRADA ESTRADA MERINGUAVA, 1430, BLOCO 2 AP 70, TAQUARA, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 22723-427, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 95.400,00.		

Percebe –se, portanto, que os arquivamentos acima indicados tratam –se das alterações que deveriam ter sido apresentadas, conforme determina o item 15.11. do Edital, **o qual não deixa dúvidas acerca da exigência da apresentação de todas as alterações do ato constitutivo ou da consolidação respectiva, que não foi cumprido pela Recorrida.**



De uma maneira geral, entende-se que para suprir as exigências, deve a Administração Pública exigir dos licitantes a apresentação do ato constitutivo originário com todas as suas alterações posteriores, **ou do ato constitutivo devidamente consolidado que consubstancia todas as alterações ocorridas até então.**

De uma maneira geral, entende-se que para suprir as exigências, deve a Administração Pública exigir dos licitantes a apresentação do ato constitutivo originário com todas as suas alterações posteriores, **ou do contrato social devidamente consolidado que consubstancia todas as alterações ocorridas até então.** Logo, apesar da alteração contratual apresentada pela recorrida ser consolidada, ela não é a última.

Em recente decisão do **Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, publicado em 21/07/2023**, preferida pelo Relator Waldir Júlio Teis, concretizou o entendimento da importância de demonstrar a última alteração contratual, veja:

5. Da conclusão do Relator

[...]

38. **Urge salientar que a alteração de endereço em um contrato social acarreta a necessidade de alteração de diversos outros documentos como Certidão de Débitos Gerais e Alvará Sanitários, que também foram apresentados com o endereço que consta no penúltimo contrato social[15], ou seja, as documentações apresentadas estão em desacordo com a versão mais recente do contrato social da empresa representante.**

39. Assim, não há que se falar em mero formalismo por parte da Pregoeira da SEMA visto que o item 19.6 do edital estabelece que: "É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública".

(Julgamento RNE 71.694-4/2021, publicado em 21/07/2023, Rel. Waldir Júlio Teis)

Inclusive, esse é o entendimento que se extrai da Cartilha de Licitações e Contratos elaborada pelo Tribunal de Contas da União:

"No exame da documentação relativa à habilitação jurídica devem ser



observadas as normas que regulam e legitimam a atividade de pessoas físicas ou jurídicas. A documentação exigida, conforme o caso, consistirá em:

- cédula de identidade;
- registro comercial, no caso de empresa individual;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; estatuto social das sociedades por ações, regidas pela Lei nº 6.404/1976, deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; · para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em lei, dentre as quais estar cumulativamente:
  - registrado na junta comercial; · publicado na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
  - publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia; · inscrição do ato constitutivo, quanto a sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **Ato constitutivo ou contrato social das demais sociedades devem estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva.**

Logo, nos exatos termos da Lei supracitada, as licitantes deverão apresentar seu ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, **acompanhado das respectivas alterações ou da alteração contratual consolidada atual**, todos devidamente registrados

Ressalta-se que a empresa Recorrente não concorda com a manutenção da habilitação da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, é evidente que a empresa Recorrente está sendo totalmente prejudicada frente a decisão do Órgão. Ainda se tem o fato do prejuízo causado a administração pública, ora que, o descarado descumprimento da Lei e do Edital favorecendo empresa particular em destruição aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital, imparcialidade, julgamento objetivo e SEGURANÇA JURIDICA.

Assim, quando a empresa não apresenta a documentação exigida em Edital, ou apresenta em desconformidade, DEVE SER, por força das cláusulas do Edital, **INABILITADA**.

Desta feita, a decisão do D. Pregoeiro necessita ser modificada, haja vista, que as exigências contidas no Edital são plenamente cabíveis e encontram acolhimento na legislação vigente e seus princípios. Dentre as principais garantias,



pode-se destacar a vinculação da Administração ao Edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada na jurisprudência pátria, senão vejamos:

“EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.” (STF - RMS 23640/DF) (Grifo nosso)

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - MICROEMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL- RECURSO NÃO PROVIDO. - A dispensa de obrigatoriedade de formular o balanço patrimonial para MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional é para fins fiscais e não se estende necessariamente para outros cenários - **O princípio da vinculação ao edital regulamenta o certame licitatório e é princípio administrativo que prevê que a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes -Não sendo questionado o ato administrativo, a tempo e modo, é de se concluir que a empresa anuiu com as regras do Edital, restando preclusa a oportunidade do licitante de questionar suas cláusulas e de apresentar novos documentos.** (TJ-MG - AC 10000170604367002 MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de julgamento: 28/09/2021, Câmaras Cíveis / 7ª Câmara cível, data da publicação: 08/10/2021)”. (Grifo nosso)



Desse modo, observada a legislação vigente, não cabe à Administração Pública conceder qualquer tratamento distinto do previsto em Edital, devendo ser declarada a inabilitação da empresa.

Ademais, importante ressaltar que, **para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao Edital e este ao processo que o antecedeu,** conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Esta norma-princípio encontra-se disposta na Lei Federal nº 14.133/21, no seguinte artigo:

**Art. 5º** Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Observe que a comissão tem em mãos um rol de atribuições bastante complexo a ela conferida pela Lei de Licitações. Devido à diversidade e complexidade dessas atribuições os integrantes das comissões estão constantemente sujeitos a tropeços em razão de uma má aplicação das normas ou procedimentos inerentes a essa função.

A Administração, ao constatar tais erros, **deve sempre rever seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais**, é o que determina as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346. "(...) **a administração pode declarar nulidade de seus próprios atos**"

Súmula 473. "(...) **a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Esses controles, verdadeiros meios de proporcionar o resultado



justo e lícito, no entender de Diógenes Gasparini:

"(...). Observe-se que, independentemente da interposição dessas medias, **cabe à entidade licitante revogar e invalidar seus atos sempre que afrontarem o ordenamento jurídico, em obediência ao princípio da autotutela. Esse comportamento é o que se chama de autocontrole ou controle interno.**" (Direito Administrativo, 4a ed., pág. 365) Diógenes Gasparini.

Conclui-se, assim, a fim de que todos **os princípios** do ato de licitar sejam respeitados, principalmente o da **vinculação ao instrumento convocatório e legalidade**, é imprescindível que a empresa seja **inabilitada**, tendo em vista que, não cumpriu com todas as cláusulas do Edital.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Requer que o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** seja recebido e julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, para fins de:

- a) **INABILITAR** a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, apresentou atestado de capacidade técnica **inválido/imparcial**, emitido pela própria certificadora para a qual trabalha, ou seja, a ATESTANTE não é consumidor, e sim FORNECEDOR dos certificados. **Logo, o atestado de capacidade técnica fora emitido por empresa que tem interesse na licitação/contratação, fato que lhe retira a idoneidade necessária para emitir o atestado de capacidade técnica, ainda mais por não ser usuária final do serviço.**
- b) **INABILITAR** a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, não apresentou as duas últimas alterações contratuais, uma em 04/10/2023, sob o registro nº: 1.189.385/23-5, como pode ser



verificado na Certidão Simplificada da Recorrida, e outra em 30/08/2023 sob o registro nº: 1.161.256/23-4, conforme consultado através do Portal de Serviços da JUCESP, descumprido o exigido no item 15.11. do Edital;

- c) Caso não seja de convicção deste pregoeiro, seja o presente recurso encaminhado para o **Jurídico para fins de parecer**, e ao final seja encaminhado a **autoridade superior competente para fins de análise e julgamento final**.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

PRISCILA CONSANI Assinado de forma digital  
DAS MERCES por PRISCILA CONSANI  
OLIVEIRA:0750828 DAS MERCES  
6928 OLIVEIRA:07508286928  
Dados: 2024.04.23  
16:32:24 -04'00'

Priscila Consani das Mercês Oliveira  
Procuradora  
OAB/MT 18569-B

Cuiabá-MT, 23 de abril de 2024.



5ª Alteração Contratual da Sociedade C  
**EMPREENDEIMENTOS DIGITAL LTDA**

NIRE: 3523354294-8 – CNPJ: 26.768.764/0001-15

180

JUCESP - Santo André

**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, titular da cédula de identidade nº RG-000507161 SSP/RO, inscrito no CPF sob o nº 815.860.941-49, residente e domiciliado na Rua Genni de Siqueira Moretti, 114, Jardim Terras de Santa Helena, Jacareí – SP, CEP 12.324-837.

Único componente da sociedade limitada denominada **CONFIANCA EMPREENDEIMENTOS DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.768.764/0001-15, com sede na Avenida Pereira Barreto, 1395, Sala 33, Anexo 01, Paraíso, CEP 09190-610, Santo André – SP, com contrato social consolidado registrado em 08/02/2023 na JUCESP, sob o NIRE nº 3523354294-8, resolve alterar o seu contrato e o faz mediante as seguintes cláusulas e condições:

**I – QUADRO SOCIETÁRIO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Ingressa na sociedade, neste ato, **MARIA ALICE KAISER SCHULZ**, brasileira, solteira, empresária, titular da cédula de identidade nº 663859219 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 053.224.731-06, residente e domiciliada na Rua Genni de Siqueira Moretti, 114, Jardim Terras de Santa Helena, Jacareí – SP, CEP 12.324-837.

**II – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O sócio **ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, cede e transfere parte de suas quotas de capital, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), direta e irrestritamente à sócia ingressante **MARIA ALICE KAISER SCHULZ**, dando plena, geral e irrevogável quitação.

**III – DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Com as alterações introduzidas pelas cláusulas anteriores, o capital social, que é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), já integralizado em moeda corrente nacional, representado por 20.000 (vinte mil) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), fica assim distribuído:

**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, com 18.000 (dezoito mil) quotas, perfazendo o valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), equivalente a 90% (noventa por cento) do capital social total.

**MARIA ALICE KAISER SCHULZ**, com 2.000 (duas mil) quotas, perfazendo o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), equivalente a 10% (dez por cento) do capital social total.

**IV – DA RATIFICAÇÃO E FORO**

Camila Rondon  
Escrevente  
TABELA DE NOTAS E  
PROTESTOS  
CUIABÁ - MT  
Av. Miguel Smith, nº 2380, 1º andar, ed. Jussara - Santa Rita  
CEP 78000-345  
(65) 91554-3952

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado

BUQ42839 R\$ 4,05

Selo de Controle Digital

Cuiabá - MT, 21 de fevereiro de 2024

Em Teste da verdade.

CAMILA RONDON DE AMORIM-Escrevente

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Cod. Cart: 00 Cod. At: 0



Este documento foi assinado por ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ e MARIA ALICE KAISER SCHULZ. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assindefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validar/TW8BK-5WHDG-Y9UGG-FUSS2>



**5ª Alteração Contratual da Sociedade CONFIANÇA  
EMPREENDEMENTOS DIGITAL LTDA**

NIRE: 3523354294-8 – CNPJ: 26.768.764/0001-15

**CLÁUSULA QUARTA** – O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em SANTO ANDRÉ – SP.

**CLÁUSULA QUINTA** – As cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, titular da cédula de identidade nº RG-000507161 SSP/RO, inscrito no CPF sob o nº 815.860.941-49, residente e domiciliado na Rua Genni de Siqueira Moretti, 114, Jardim Terras de Santa Helena, Jacareí – SP, CEP 12.324-837.

**MARIA ALICE KAISER SCHULZ**, brasileira, solteira, empresária, titular da cédula de identidade nº 663859219 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 053.224.731-06, residente e domiciliada na Rua Genni de Siqueira Moretti, 114, Jardim Terras de Santa Helena, Jacareí – SP, CEP 12.324-837.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A sociedade gira sob o nome empresarial CONFIANÇA EMPREENDEMENTOS DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.768.764/0001-15, com sede a Avenida Pereira Barreto, 1395, Sala 33, Anexo 01, Paraíso, CEP 09190-610, Santo André – SP. (Art. 997, II. CC/2002)

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O capital social é de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), dividido em 20.000 (Vinte Mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

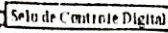
**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, com 18.000 (dezoito mil) quotas, perfazendo o valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), equivalente a 90% (noventa por cento) do capital social total. (art. 997. III CC/2002) (Art. 1.055, CC/2002)

**MARIA ALICE KAISER SCHULZ**, com 2.000 (duas mil) quotas, perfazendo o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), equivalente a 10% (dez por cento) do capital social total. (Art. 997. III CC/2002)

4º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
CUIABÁ, MT  
Ar. Municipal nº 1.238, N.º 133-1 - Av. Getúlio Vargas - Santa Rosa  
CEP 75040-000 (51) 9754-3902

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

BUQ42838 R\$ 4,05 

Cuiabá - MT, 21 de fevereiro de 2024

**a Rondon**

da verdade.

**CAMILA RONDON DE AMORIM** - Escrevente

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)

Cod. Cart: 60 Cod. Ato: 6



Este documento foi assinado por ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ e MARIA ALICE KAISER SCHULZ. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinofacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validar/TW8BK-BWHD6-Y8UGG-FUSS2>



# 5ª Alteração Contratual da Sociedade CONFIANÇA EMPREENHIMENTOS DIGITAL LTDA

NIRE: 3523354294-8 - CNPJ: 26.768.764/0001-15

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O objeto social é: TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

**CLÁUSULA QUARTA** - A sociedade iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 2016, e seu prazo de duração é indeterminado. (Art. 997, II. CC/2002)

**CLÁUSULA QUINTA** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (Art. 1056, art. 1057 CC/2002)

**CLÁUSULA SEXTA** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidamente pela integralização do capital social. (Art. 1.052. CC/2002)

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A administração da sociedade caberá ao sócio **ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, que assinará pela empresa, com os poderes e atribuições de Sócio Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor próprio ou de terceiros. (Artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).

**Parágrafo único:** O Sócio **ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, terá direito à retirada a título de Pró Labore, dentro dos limites permitidos pela legislação do Imposto de Renda.

**CLÁUSULA OITAVA** - Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (Art. 1.065, CC/2002)

**CLÁUSULA NONA** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (Artigos 1.071 e 1.072, parágrafo 2º e art. 1.078, CC 2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Camila Rondon  
Escritor

TABELION DE NOTAS E  
PROTESTO DE TÍTULOS  
CUIABÁ - MT  
At. Miguel S. A. P. R. 1º andar, ed. Am. - Cuiabá - Mato Grosso  
CNPJ 17.000-345 (15) 3524-3002

## AUTENTICAÇÃO

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

BUQ42837 R\$ 4,05 Selo de Controle Digital

Cuiabá - MT, 21 de fevereiro de 2024

Em Teste *Camila* da verdade  
CAMILA RONDON DE AMORIM - Escritor  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.  
Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)  
Cnd. Cart: 60 Cod. At: 6



Este documento foi assinado por ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ e MARIA ALICE KAISER SCHULZ. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <http://assinadefcl.onlinesolucoesdigitais.com.br/validar/TW8BK-5VHDS-Y9UG-FUSS2>



# 5ª Alteração Contratual da Sociedade CONFIANÇA EMPREENDEIMENTOS DIGITAL LTDA

NIRE: 3523354294-8 - CNPJ: 26.768.764/0001-15

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Falecido ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade resolva em relação a seu sócio. (Art. 1.028 e Art. 1.031 CC/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O Administrador, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, Parágrafo 1º CC/2002).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Fica eleito o foro de SANTO ANDRÉ - SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

São Paulo - SP, 26 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente por:  
ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ  
CPF: 815.860.941-49  
Data: 03/01/2024 11:29:57 -03:00

ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ

Assinado digitalmente por:  
MARIA ALICE KAISER SCHULZ  
CPF: 053.224.731-08  
Data: 03/01/2024 11:35:51 -03:00

MARIA ALICE KAISER SCHULZ



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado



BUQ42836 R\$ 4,05 Selo de Controle Digital

Cuiabá - MT, 21 de fevereiro de 2024

Em Teste da verdade  
CAMILA WANDON DE AMORIM-ESCREVENTE  
Boiler, Advogado do Estado de Mato Grosso.  
E-mail: www.fimt.lus.br/selos  
Cod. Cart: 80 Cod. Ato: 6

TABEΛIÃO DE TITULOS  
CUIABÁ/MT  
PROTESTO DE TITULOS  
40

Este documento foi assinado por ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ e MARIA ALICE KAISER SCHULZ. Para validar o documento e suas assinaturas acesse  
assinafacil.onlineolucasdigitalis.com.br/validar/TW68BK-BWHD6-Y9U6G-FUSS2



JUCEP

Processo Nº: 105.23/24  
Rubrica: @ Fls: 23



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: TW8BK-BWHD6-Y9U6G-FUSS2

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ (CPF 815.860.941-49) em 03/01/2024 11:29 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ MARIA ALICE KAISER SCHULZ (CPF 053.224.731-06) em 03/01/2024 11:35 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

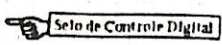
Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

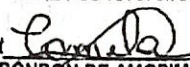
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/TW8BK-BWHD6-Y9U6G-FUSS2>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:


<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>


**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
CUIABÁ/MT  
Miguel Carlos de Amorim - Escritor de Cartas e Documentos - Santa Rita  
CPF 72040-945 (65) 91254-2102

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico, para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado  
BUQ42835 R\$ 4,05   
Cuiabá - MT, 21 de fevereiro de 2024

Em Teste  da verdade.  
CAMILA RONDON DE AMORIM-Escrevente  
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.  
Consulta: [www.mt.jus.br/selos](http://www.mt.jus.br/selos)  
Cod. Cart: 60 Cnd. At: 6


**Camila Rondon**  
Escrevente







Processo Nº: 10523 / 24  
Rubrica: e 24




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA


DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



S  
P

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1789114553



NOME  
ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
000507161 SSP RO

CPF  
815.860.941-49

DATA NASCIMENTO  
04/03/1977

FILIAÇÃO  
VALTER SCHULZ  
MARIA DAS GRACAS C SCHULZ

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
00800957447

VALIDADE  
18/03/2024

1ª HABILITAÇÃO  
25/05/1999

OBSERVAÇÕES

*Alexander J. C. Schulz*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JACAREI, SP

DATA EMISSÃO  
20/03/2019

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

80643724556  
SP969595808

SÃO PAULO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**



## PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular, **CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 26.768.764/0001-15, com sede na Avenida Pereira Barreto, N.º 1395, complemento Sala 33 Anexo 01, Paraíso, CEP 09.190-610, na cidade de Santo André -SP, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representado por **ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, brasileiro, empresário, casado, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 000507161 SSP-RO, inscrito no CPF Nº 815.860.941-49, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou Sra. **KENNYA CONSANI DAS MERCÊS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la em licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações em Tribunais, Órgãos Públicos, Sistema S, Conselhos, Autarquias e equiparados a estes, defesas, denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações e revisões, receber e responder intimações e notificações, desistir ou não de recursos, **credenciar terceiros** em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, concurso, leilões, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame específico, em nome da outorgante, **INCLUSIVE SUBSTABELECE**r e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso. Esta procuração compreende todas as fases das licitações, sendo elas administrativas ou judiciais.

Santo André-SP, 27 de junho de 2023

Assinado digitalmente por:  
ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ  
CPF: 815.860.941-49  
Data: 28/06/2023 00:14:56 -03:00  
**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**  
Sócio Administrador





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: TMNL2-A8VF2-46UDP-LS2JG

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ (CPF 815.860.941-49) em  
28/06/2023 00:14 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/TMNL2-A8VF2-46UDP-LS2JG>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>



## PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular, **CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 26.768.764/0001-15, com sede na Avenida Pereira Barreto, N.º 1395, complemento Sala 33 Anexo 01, Paraíso, CEP 09.190-610, na cidade de Santo André -SP, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representado por **ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**, brasileiro, empresário, casado, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 000507161 SSP-RO, inscrito no CPF Nº 815.860.941-49, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou Sra. **KENNYA CONSANI DAS MERCÊS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la em licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações em Tribunais, Órgãos Públicos, Sistema S. Conselhos, Autarquias e equiparados a estes, defesas, denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações e revisões, receber e responder intimações e notificações, desistir ou não de recursos, **credenciar terceiros** em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, concurso, leilões, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame específico, em nome da outorgante, **INCLUSIVE SUBSTABELECER** e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso. Esta procuração compreende todas as fases das licitações, sendo elas administrativas ou judiciais.

Santo André-SP, 27 de junho de 2023

  
**ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ**  
Sócio Administrador

1º TABELÃO DE NOTAS E  
DE PROTESTO DE JACAREI  
Jéssica Amanda de Oliveira Bueno  
Escritura Autorizada

RECONHECIMENTO  
POR AUTENTICIDADE  
RA0479AA0345650

1º TABELÃO DE NOTAS E DE  
PROTESTO DE JACAREI  
Reconheço, por meio deste, a autenticidade e validade da assinatura de  
ALEXANDER ISRAEL CAETANO SCHULZ, inscrito no CPF nº 815.860.941-49, portador da Cédula de Identidade RG nº 000507161 SSP-RO, em nome da CONTRATANTE, para a prática dos atos mencionados no presente instrumento, em 27 de junho de 2023.  
Eu, Jéssica Amanda de Oliveira Bueno, inscrita no CPF nº 075.082.869-28, portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, escrevo esta escritura pública em 27 de junho de 2023, em São Paulo, SP, com o selo de autenticidade em vigor.  
R\$ 70,70





Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **790a37d0438589d610c05185bb1b6313351e1d0d96d786a6104a185eb2f70c6b** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **146453** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**Procuração (Física) Priscila e Kennya - AR CONFIANÇA**", cujo assunto é descrito como "**Procuração (Física) Priscila e Kennya - AR CONFIANÇA**", faz prova de que em **04/07/2023 11:01:54**, o responsável **Merces Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mercês Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **04/07/2023 11:04:35** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x778c3c82c897c4a8d9e7f8737e80436f7434e7efb04166cf5d135948cae8c52b**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN

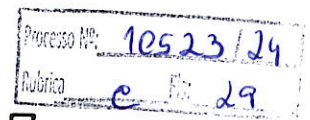


Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





 (<http://twitter.com/tjspoficial>)  (<http://www.facebook.com/TJSPoficial>)  (<http://www.youtube.com/TJSPoficial>)  ([http://www.flickr.com/photos/tjsp\\_oficial/sets/](http://www.flickr.com/photos/tjsp_oficial/sets/))  (<http://www.foursquare.com/tjspoficial>)  (<http://www.instagram.com/tjspoficial>)



**Tribunal de Justiça** (<https://selodigital.tjsp.jus.br>)  
Estado de São Paulo

## A Justiça próxima do cidadão

### SELO DIGITAL

### Resultado da Consulta do Selo Digital

Nesta consulta você verifica a procedência do selo eletrônico, bem como as informações referentes aos dados do Ato praticado pela Serventia indicada.

#### DADOS DO SELO DIGITAL

##### Código do Selo Digital

1116741RA0479AA034565023L

##### Nome da Serventia

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS  
DA COMARCA DE JACAREÍ

##### Tipo de Ato

RECONHECIMENTO DE FIRMA POR AUTENTICIDADE

##### Iniciais do Requerente

##### Número CPF/CNPJ

##### Data e Hora do Ato Praticado

28/06/2023 17:57:46

##### Valor do Ato



20,77

10523/24  
e 30

**Ato Vinculador**


(/CONSULTA?R=%7C0,0%7C0,0%7C)

[Voltar \(/consulta\)](#)


Tribunal de Justiça de São Paulo


Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP






**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO**





**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN**

**2º 1º NOME E SOBRENOME**  
**KENNYA CONSANI DAS MERCES**



*Kenny Consani das Mercês*

**1ª HABILITAÇÃO**  
**27/07/2022**

**3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO**  
**29/01/2003, CIANORTE, PR**

**4a DATA EMISSÃO**  
**15/08/2023**

**4b VALIDADE**  
**28/02/2026**

**4c DOC IDENTIFICADOR / CÓD. EMISSOR / UF**  
**140131920 SESP PR**

**4d CPF**  
**112.204.199-31**

**5 1ª REGISTRO**  
**07890187103**

**6 NACIONALIDADE**  
**BRASILEIRO**








**7 CAT HAB**  
**B**








**FILIAÇÃO**  
**ALFREDO ALVES DAS MERCES FILHO**  
**MARIA APARECIDA CONSANI DAS MERCES**

**7 ASSINATURA DO PORTADOR**

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15951668651  
MT660731983

9	10	11	12
ACC 			
A 			
A1 			
B 		28/02/2026	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
DE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

**12 OBSERVAÇÕES**

**LOCAL**  
**CUIABA, MT**

**ASSINADO DIGITALMENTE**  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

15951668651  
MT660731983

**MATO GROSSO**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nome y Apellidos - Primeiro Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Condutor - 1 - Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date / DOM/JMYYYY / Fecha de Emisión - 4b. Validade / Validity / Vigencia - Data DOM/JMYYYY / Validity - 4c. AC - 4. Número de Registro da Identificação - Orgão emissor / Identity document - Issuing Authority / Documento de Identificação - Autoridade Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permisso de Condutor - 5. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filialion - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA078901871<030<<<<<<<<<  
0301291F2602280BRA<<<<<<<<<4  
KENNYA<<CONSANI<DAS<MERCES<<<<





VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2323686650

NOME PRISCILA CONSANI DAS MERCES		
DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 106168318 SSP PR		
CPF 075.082.869-28	DATA NASCIMENTO 01/11/1990	
FILIAÇÃO ALFREDO ALVES DAS MERCES FI LHO MARIA APARECIDA CONSANI DAS MERCES		
PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB. B
Nº REGISTRO 05887666800	VALIDADE 09/03/2032	1ª HABILITAÇÃO 24/09/2013

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CUIABÁ, MT	DATA EMISSÃO 14/03/2022
---------------------	----------------------------

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

85611835942  
MT652329462

MATO GROSSO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Processo Nº: 105.23/24  
Rubrica: 32

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



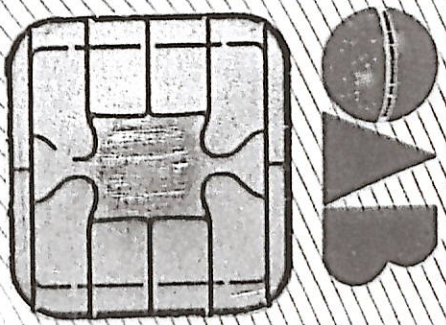
Processo nº 10513/24  
Rubrica 33

**USO OBRIGATÓRIO**  
**IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS**  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

**TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** 11030044



*[Handwritten signature]*  
ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES

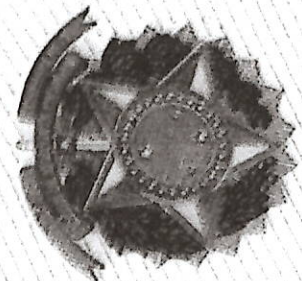
Digitalizado com CamScanner



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 09/01/2024 08:11:34 que o documento de hash (SHA-256)  
376159464a4b1b7cbfd5851609d902cb22a2290a79744930ce8909a963a07d8 foi validado em 09/01/2024 08:09:43 através da transação blockchain  
0x0d57d47054068efad3efff26555aa6b9a62d581aabc7eac489f8535d73404810 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 182024)

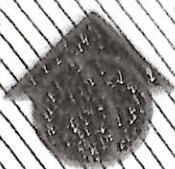






INSCRIÇÃO:  
18569/B

3



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MATO GROSSO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

PRISCILA CONSANI DAS MERCES

FILIAÇÃO

ALFREDO ALVES DAS MERCES FILHO  
MARIA APARECIDA CONSANI DAS MERCES

NATURALIDADE

CIANORTE-PR

RG

10616831-8 - SSP/PR

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO DECLARADO

MAURICIO AUDE  
PRESIDENTE

DATA DE NASCIMENTO

01/11/1990

CPF

075.082.869-28

VIA EXPEDIDO EM

01 25/07/2014

Digitalizado com CamScanner





Processo Nº: 70523/24  
Rubrica: e 35

Dautin Blockchain  
Rua Dagoberto Nogueira, 100  
Ed. Torre Azul - 11º Andar  
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 08/04/2024

## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **376159464a4b1bf7cbfd5851609d902cb22a2290a79744930ce8909a963a07d8** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **182024** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"OAB PRISCILA "**, cujo assunto é descrito como **"OAB PRISCILA "**, faz prova de que em **09/01/2024 08:09:26**, o responsável **Merces Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mercas Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **09/01/2024 08:11:36** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x0d57d47054068efad3efff26555aa6b9a62d581aabc7eac489f8535d73404810**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





AO  
SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO RIO DE JANEIRO

A  
Autoridades Superiores deste Órgão.

## CONTRA RAZÕES

REF.: PREGÃO Nº 90038/2024

Senhor Pregoeiro,

A empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.**, qualificação, através de seu representante legal, MARIA ISABEL GOMES DE LIMA SILVA com fundamento no artigo 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor estas:

### Contrarrazões

Ao inconsistente recurso apresentado pela empresa **CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA** perante essa distinta administração que de forma absolutamente brilhante tenta desclassificar a **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**

### DOS FATOS:

1. A **RECORRIDA** é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, apresentando seu melhor preço, que foi prontamente aceito por essa Administração.
2. Entretanto, a **RECORRENTE**, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.
3. Fato é que a empresa **RECORRIDA** apresentou no ato da entrega dos documentos **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, de total acordo com o edital de uma instituição privada onde formaliza a capacidade técnica, quantitativos de emissões, assinada digitalmente, **“Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, pertinente, por meio da apresentação atestado, por pessoas jurídicas de direito privado,**

Cumpramos nos informar que em conformidade com as normativas vigentes do ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a AC SyngularID é uma Autoridade certificadora de 1a nível, com deferimento em 12/04/2022 através do Despacho de Credenciamento No 98/2022/PRESIDÊNCIA. Cabe ainda destacar que a atuação da AC SyngularID e AC yngularID Múltipla é como Autoridade Certificadora, de 1o e 2o nível, respectivamente. A Autoridade



Certificadora possui atribuição de emissão, renovação e revogação do certificado digital, sendo a Autoridade de Registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital, no caso, a AR VISATTO.

Conforme DOC-ICP 03, versão 7.1, item 2.1.2, disponível em [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br), toda Autoridade de Registro deverá possuir vínculo operacional com uma Autoridade Certificadora. Adicionalmente, poderá uma Autoridade de Registro possuir múltiplos vínculos com autoridades Certificadoras distintas. A estrutura completa operacional da ICP-Brasil está disponível em [www.estrutura.it.gov.br](http://www.estrutura.it.gov.br).

[https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/legislacao/resolucoes/resolucoes-old/resolucao178\\_doc-icp-03\\_compilada.pdf](https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/legislacao/resolucoes/resolucoes-old/resolucao178_doc-icp-03_compilada.pdf)

## DOC-ICP 03

### 2.1.2 Critérios para credenciamento de AR

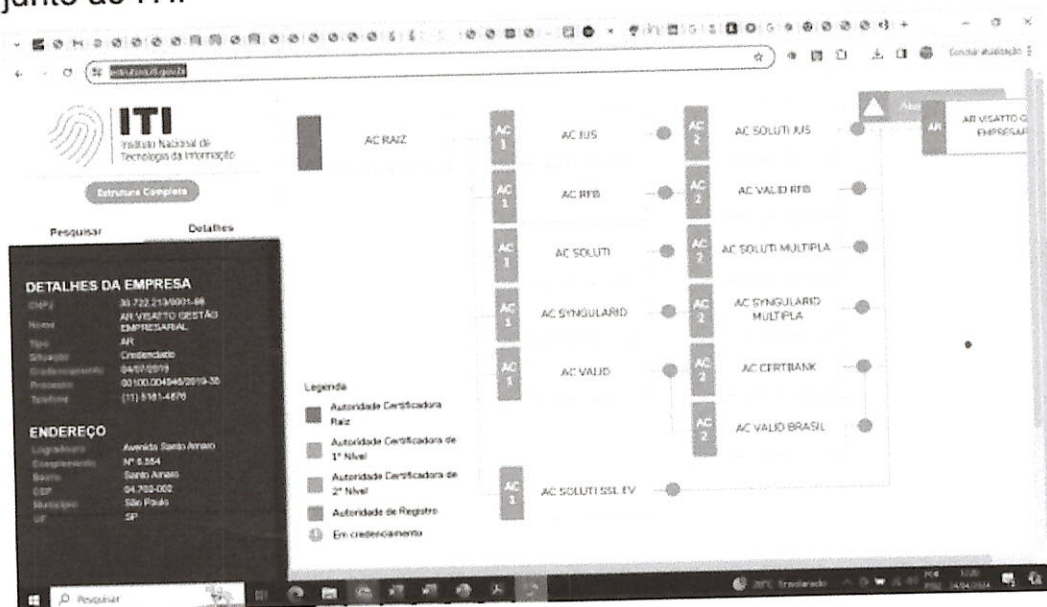
Os candidatos ao credenciamento como AR devem ainda:

a) estar operacionalmente vinculados a, pelo menos, uma AC ou candidato a AC; e Uma AC1 tem legitimidade para atestar se uma AR presta ou não serviços para ela no processo de comercialização, verificação e aprovação de Certificados Digitais. Ficando assim, as AC1 em todo o Brasil responsáveis pela emissão, renovação e cancelamento do Certificado Digital.

Engana se também a contestadora, ao não observar que a AR Visatto possui credenciamento junto a várias AC de nível 1, ou seja, poderá emitir o certificado Digital de qualquer uma das Certificadoras de Nível 1. Isso pode ser verificado facilmente acessando o site oficial do ITI cuja página reproduzimos abaixo. Não havendo portanto qualquer conflito de interesse, uma vez que a AC 1 emitente do atestado, apenas confirmou que a AR Visatto tem capacidade técnica de atender.

A Visatto pode apresentar atestado de capacidade técnica emitido por qualquer uma das AC de nível 1 que atende, e que estiver vinculada hierarquicamente junto ao ITI. Logo, conclui-se facilmente que a contestação apresentada e descabida de fundamentos técnicos e tem como objetivo, atrasar e prejudicar o processo

junto ao ITI.





Com referência a contestação da empresa em questão com referência da AUSENCIA DAS AUTERAÇÕES CONTRATUAIS, o Sr. Pregoeiro deve ter visto e analisado no SICAF que esta inserido a última alteração contratual CONSOLIDADA, como também em anexo a certidão simplificada onde as cadeias de alteração são constadas para melhor apreciação. desde que a última alteração seja consolidada as demais anteriores não é necessário em circunstância alguma, só nos resta a lamentar a descabida tentativa de tumultuar o processo licitatório por parte da RECORRENTE.

**JUCESP**  
Junta Comercial do Estado de São Paulo

autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2023 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 210419800. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

consolidada

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
**VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**  
**CNPJ 30.722.213/0001-98**  
**NIRE 35231821742**

MARIA ISABEL GOMES DE LIMA, brasileira, administradora, divorciada, nascido em 18/01/1965, inscrita no CPF sob o nº 810.319.807-25, RG nº 06.712.125-1, órgão emissor SECCDETRAN/RJ, residente e domiciliada na estrada Meringuava, nº 1430, bloco 2, apartamento 708, Bairro: Taquara, Rio de Janeiro/RJ, CEP 227.234-27.

Único sócio da Sociedade Empresária Limitada **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 30.722.213/0001-98, cadastrada na Junta Comercial do Estado De São Paulo sob o NIRE nº 352318021742, com sede na Avenida Santo Amaro nº 6554, bairro Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.702-002; resolve, nas formas da lei, alterar o Contrato Social desta sociedade, de acordo com este instrumento particular, suas cláusulas e condições a seguir:

**1ª CLÁUSULA:**

A sociedade gira sob o nome empresarial **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA** e nome fantasia **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS**, com sede e domicílio na Avenida Santo Amaro nº 6554, bairro Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.702-002.



4. Todos os documentos no procedimento licitatório, no entanto a empresa recorrida, conforme decisão do pregoeiro habilitou cumpre todas as exigências editalícias.
5. No momento da abertura dos envelopes, a desenvoltura do pregoeiro e as atitudes por ele tomadas não poderiam ser mais adequadas. Este considerou o atestado e demais documentos, em perfeita harmonia com os princípios da Razoabilidade, da Economicidade e da Proporcionalidade.
6. Não poderia a Administração ter o mesmo entendimento que a empresa **RECORRENTE** e agir de forma tão formalista, simplesmente desprezando a proposta que ofereceu o menor preço por uma questão irrelevante quanto esta.
7. Por fim, considerando-se que a Administração deve trabalhar no escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da proposta mais vantajosa. Sobretudo no caso do Pregão, no qual já se sabe que a proposta em questão detém uma oferta mais vantajosa, não pode a Administração fechar os olhos às vantagens pecuniárias e decidir onerar desnecessariamente os cofres públicos por mero formalismo burocrático.
8. Assim, tendo os fatos sido explicados, passamos aos entendimentos doutrinários que explanam e demonstram a razoabilidade dos argumentos nestas aludidos.

#### DA JUSTIFICATIVA :

##### I – Dos Princípios Norteadores

1. A licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público e, de outro, a garantir a legalidade, de modo que os licitantes possam disputar entre si, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar com os particulares.
2. Convém mencionar também o Princípio da razoabilidade administrativa ou proporcionalidade, como denominam alguns autores. A este respeito temos nas palavras de Marçal Justem Filho:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. **Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.**” (In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª edição – São Paulo – Dialética, 1998.) (grifo nosso)

3. A própria Constituição Federal limitou as exigências desnecessárias:

“ Art. 37 [...]”

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” (grifo nosso)



4. Outrossim, temos que no julgamento da documentação, a Administração deve proceder a verificação do seu conteúdo nos aspectos pertinentes aos quesitos técnicos mínimos exigidos e imprescindíveis à execução de contrato futuro.

#### DA SOLICITAÇÃO :

1. Em que preze o zelo e o empenho deste digníssimo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênica, que o julgamento da fase de habilitação do Pregão 1 nº 90038/2024, conforme exhaustivamente demonstrado nestas contra-razões.
2. E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. o conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente procedente, dando, assim, continuidade ao procedimento, seguindo à adjudicação do contrato à empresa, respeitando o princípio da economicidade.
3. Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório.

Nestes termos pedimos bom senso. Legalidade e Deferimento.

MARIA ISABEL  
GOMES DE

LIMA:81031980725

Assinado de forma digital por  
MARIA ISABEL GOMES DE  
LIMA:81031980725  
Dados: 2024.04.26 10:45:42  
-03'00'

MARIA ISABEL GOMES DE LIMA SILVA





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10.523/2024

RUBRICA: PA FOLHA: 41

## Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2024.

Processo Licitatório nº: 2.981/2024

Processo Recurso nº: 10.523/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.038/2024

### OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ: 26.768.764/0001-15, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 10.523/2024.

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 18/04/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 2.981/2024, a empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 17.



## Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que:

- 1) O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA (Autoridade de Registro - AR), tem como emitente a AC SYNGULARID (Autoridade Certificadora - AC), que é a certificadora que irá emitir o próprio certificado, ou seja, quem atesta é o próprio Agente Certificador que será beneficiado na venda, sendo óbvio o seu interesse na vitória da empresa VISATTO, fato este que pode ser confirmado em simples diligência na cadeia hierárquica da ICP BRASIL;
- 2) a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA não apresentou as duas últimas alterações contratuais, que ocorreram nas seguintes datas: Data: 30/08/2023, sob o registro n.º: 1.161.256/23-4; e Data: 04/10/2023, sob o registro n.º 1.189.385/23-5; como pode ser verificado na através do Portal de Serviços da Junta Comercial do Estado de (JUCESP), descumprindo o exigido nos itens 15.4. e 15.11. do Edital.



## Comissão de Pregão I

### III. DOS PEDIDOS

Requer que o presente RECURSO ADMINISTRATIVO seja recebido e julgado TOTALMENTE PROCEDENTE, para fins de:

- a) INABILITAR a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, apresentou atestado de capacidade técnica inválido/imparcial, emitido pela própria certificadora para a qual trabalha, ou seja, a ATESTANTE não é consumidor, e sim FORNECEDOR dos certificados. Logo, o atestado de capacidade técnica fora emitido por empresa que tem interesse na licitação/contratação, fato que lhe retira a idoneidade necessária para emitir o atestado de capacidade técnica, ainda mais por não ser usuária final do serviço;
- b) INABILITAR a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, não apresentou as duas últimas alterações contratuais, uma em 04/10/2023, sob o registro nº: 1.189.385/23-5, como pode ser verificado na Certidão Simplificada da Recorrida, e outra em 30/08/2023 sob o registro nº: 1.161.256/23-4, conforme consultado através do Portal de Serviços da JUCESP, descumprido o exigido no item 15.11. do Edital;
- c) Caso não seja de convicção deste pregoeiro, seja o presente recurso encaminhado para o Jurídico para fins de parecer, e ao final seja encaminhado à autoridade superior competente para fins de análise e julgamento final.

### IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA alega que apresentou no ato da entrega dos documentos ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, de total acordo com o edital de uma instituição privada



**Comissão de Pregão I**

onde formaliza a capacidade técnica, quantitativos de emissões, assinada digitalmente, "Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, pertinente, por meio da apresentação atestado, por pessoas jurídicas de direito privado".

Em conformidade com as normativas vigentes do ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a AC SyngularID seria uma Autoridade certificadora de 1º nível, com deferimento em 12/04/2022, através do Despacho de Credenciamento No 98/2022/PRESIDÊNCIA. Cabe ainda destacar que a atuação da AC SyngularID e AC yngularID Múltipla seria como Autoridade Certificadora, de 1º e 2º nível, respectivamente. A Autoridade (61) 33528270 / 984257039 AVENIDA SANTO AMARO, 6.554 - CEP 04702-002 SP. Certificadora possui atribuição de emissão, renovação e revogação do certificado digital, sendo a Autoridade de Registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital, no caso, a AR VISATTO.

Conforme DOC-ICP 03, versão 7.1, item 2.1.2, disponível em [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br), toda Autoridade de Registro deverá possuir vínculo operacional com uma Autoridade Certificadora. Adicionalmente, poderá uma Autoridade de Registro possuir múltiplos vínculos com autoridades Certificadoras distintas. A estrutura completa operacional da ICP-Brasil está disponível em [www.estrutura.iti.gov.br](http://www.estrutura.iti.gov.br).

Com referência à contestação da empresa quanto à AUSÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, a recorrida alega que a última alteração contratual CONSOLIDADA estaria inserida no SICAF e que desde que a última alteração seja consolidada, as anteriores não seriam necessárias em circunstância alguma, o que tornariam descabidas as alegações da recorrente.





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10.523/2024

RUBRICA: Rein FOLHA: 45

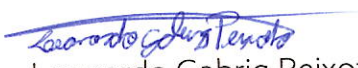
## Comissão de Pregão I

### V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à apresentação do contrato social, a empresa encaminhou a nona alteração consolidada, conforme o próprio contrato, podendo tal documento também ser conferido no site da JUCESP.

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.038/2024. Contudo, para embasamento da decisão final, solicito que o setor técnico analise as ponderações e explicações da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA em suas contrarrazões recursais e encaminhe à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico.

Nova Friburgo, 29 de abril de 2024.

  
Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



Nova Friburgo, 30 de abril de 2024.

De: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.

Para: SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

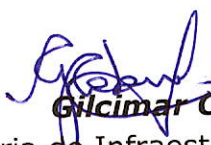
Ref.: P.A. 2981/2024 - CERTIFICADO DIGITAL

Prezado Subsecretário,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho o presente para manifestação deste setor técnico, conforme solicitado no despacho de fls 41 a 45 da Comissão de Pregão I. Após, encaminhar à Procuradoria Geral para parecer jurídico.

Sem mais, nos colocamos a disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



**Gilcimar Cabral**  
Secretária de Infraestrutura e Logística  
Mat.: 100.719



Processo Administrativo nº: 10.523/2024.

Processo licitatório nº 2.981/2024

**Objeto:** Comissão de Pregão I - ESCLARECIMENTO PMNF/RJ - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo Pregão eletrônico 90.038/2024

**À Procuradoria Geral.**

Trata-se o presente sobre pedido de esclarecimento realizado pela empresa CONFIANÇA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº26768764/00115, de forma tempestiva, por seu representante, através do sistema de compras, com base no artigo 165 da LEI FEDERAL, nº 14.133 de 2021, declarada como vencedora na primeira fase da licitação, enviado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística para manifestação, expondo o seguinte:

1 - Questiona a empresa sobre o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa **VISATO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, que tem como emitente a empresa **ACSINGULARID** como autoridade certificadora. Alega entre outras palavras, que a empresa em referência irá emitir o próprio certificado de quem atesta ser o próprio agente certificador e beneficiado na venda, em tese, a empresa **VISATO**, sem juntar documentos capazes de demonstrar a afirmação, *s.m.j.*

2 - Alega ainda, entre outras afirmações, que a empresa **VISATO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, não apresentou as duas últimas alterações contratuais, que ocorreram nas seguintes datas : 30/08/2023 e 04/10/ 2023, podendo ser verificado através do Portal da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, conforme positivado as folhas 42, onde se colhe este trecho no parecer da r. COMISSÃO DE PREGÃO I.

É imperioso registrar, que todo trâmite segue o previsto no edital e na “lei especial” e que a empresa vencedora da primeira fase licitatória, apresentou no ato a entrega dos documentos de atestados de capacidade técnica, quantitativos de emissões, assinado digitalmente, comprovando a aptidão para fornecimento dos bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme se extrai as fl. 36, em sua defesa técnica juntada, e que, *s.m.j.* fora analisado pelo r. Pregoeiro, o que se deduz por ser procedimento formal. No mesmo texto de defesa, em suas **CONTRARRAZÕES**, afirma a empresa que cumpre as normativas vigentes do INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e que a empresa **SyngularID** é uma autoridade certificadora de nível 1, credenciada em abril de 2022, juntando o certificado para comprovar o credenciamento. Conforme pode se destacar em suas manifestação as folhas 36/40.

Por todo o exposto o Senhor pregoeiro enviou a esta especializada o presente recurso, requerendo embasamento para decisão final.

Inicialmente, cumpre-se consignar, que o Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. Essas são as características do objeto a ser contratado. Assim sendo, devem ser enumerados todos os atributos relevantes, os quais foram levados em consideração a determinação do padrão de qualidade mínimo admissível. Por conseguinte, foram exigidas apenas especificações essenciais à garantia do adequado cumprimento das obrigações do futuro contrato.

Ainda a respeito, é de conhecimento, que os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da comissão de Pregão quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal e que a documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.



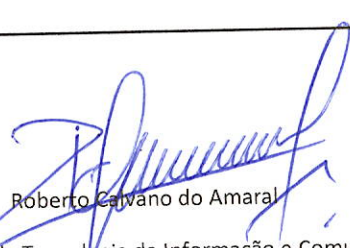
O norte do questionamento gira sobre a capacidade técnica e **s.m.j**, as LICITANTES, tem a faculdade de apresentar atestados emitidos por empresas distintas. Todavia, no caso de atestado(s) ou declaração(ões) técnica-operacional emitidos por empresas privadas, em regra, s.m.j, não serão válidos quando emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa LICITANTE, consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa LICITANTE, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa licitante.

Contudo, esta especializada não tem "expertise" para avaliar questões de direito, em especial sobre o atestado que seria emitido por um "FORNECEDOR", fl.17, que tem interesse direto na licitação, sem tampouco demonstrar o alegado e sobre os documentos de habilitação que faz parte do procedimento técnico licitatório realizado pela Comissão de Pregão, que também foge a nossa "expertise". S.M.J, os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos. **Por outro lado, seguindo o determinado pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, fl. 46, enviamos o presente a Procuradoria Geral do Município para análise da legalidade.**

**APOIO TÉCNICO**  
Hugo de Souza Cascabulho Garcez

Matr.: 063.029

De acordo, em prosseguimento:

  
Roberto Calvano do Amaral  
Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações  
Matr.: 063.101





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 10523

DIA 08/05/2024

Folhas N° 49 Rubrica 8

**Processo Administrativo n.: 10.523/2024**

**Recorrente: Confiança Empreendimentos Digital Ltda.**

**Recorrida: Visatto Certificadora e Soluções Digitais Ltda.**

**Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.038 de 2024 - Processo Licitatório n. 2.981/2024**

## I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.038 de 2024 - Processo Licitatório n. 2.981/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação de empresa especializada para o serviço de certificação digital para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 07 de maio de ano em curso.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relato dos fatos de forma segmentada.

### I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/18 que recorrida foi declarada classificada e habilitada de forma indevida pelo Pregoeiro, tendo em vista que o atestado de capacidade técnica apresentado tem como emitente a *AC Syngularidad* (Autoridade Certificadora - AC), que é a autoridade certificadora que irá emitir o próprio certificado e será beneficiado na venda, sendo óbvio o seu interesse na vitória da recorrida (Autoridade de Registro - AR).

Afirma, ainda, que a recorrida não apresentou as duas últimas alterações contratuais, descumprindo o exigido nos itens 15.4 e 15.11 do Edital, motivo pelo qual deve ser inabilitada.





PROCESSO N.º 10523

DIA 08/09/2024

Folha N.º 50 Rubrica 10

## I.2. Das Contrarrazões da Recorrida

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 36/40 refutando as alegações da recorrente, afirmando que apresentou o atestado de capacidade técnica em total acordo com o edital, emitido por uma instituição privada que atesta a capacidade técnica e quantitativos de emissões.

Aduz que, em conformidade com as normativas vigentes do ITI, a AC SyngularID é uma autoridade certificadora que possui atribuição de emissão, renovação e revogação do certificado digital, sendo a recorrida a autoridade de registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital.

Destaca, ainda, que possui credenciamento junto a várias AC de nível 1, podendo emitir certificados de qualquer uma das certificadoras de nível 1, bem como apresentar atestado de capacidade técnica de qualquer uma das AC de nível 1 que estiver vinculada hierarquicamente junto ao ITI.

Quanto à alegação de ausência das alterações contratuais, afirma que “o Sr. Pregoeiro deve ter visto e analisado no SICAF que está inserido a última alteração contratual CONSOLIDADA”.

Por fim, requer o acolhimento das contrarrazões e a continuidade do certame com a adjudicação do objeto à empresa.

## I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

O Pregoeiro, em despacho acostado às fls. 41/45, conheceu do recurso, manifestando-se apenas quanto à apresentação do contrato social, afirmando que “a empresa encaminhou a nona alteração consolidada, conforme o próprio contrato, podendo tal documento também ser conferido no site da JUCESP”, solicitando manifestação do setor técnico para embasamento da decisão final.





#### **I.4. Da Manifestação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação**

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística encaminhou os autos à Subsecretaria de Tecnologia da Informação para manifestação técnica, cuja pasta, às fls. 47/48, afirma que *“no caso de atestado(s) ou declaração(ões) técnica-operacional emitidos por empresas privadas, em regra, s.m.j., não serão válidos quando emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa LICITANTE, consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa LICITANTE, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa licitante”*.

Afirma, ainda, que não possui expertise para avaliar o atestado que seria emitido por um fornecedor que tem interesse direto na licitação, tampouco sobre os documentos de habilitação, cujos atestados ou certidões estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua equipe de apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.

## **II. DOS FUNDAMENTOS**

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*





- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.





Por sua vez, o subitem 19.5 do edital assim dispõe: *Art. 19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

*“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.*

No caso em exame, conforme narrado no relatório, o Pregoeiro se manifestou acerca do recurso (fls. 41/45) acerca da apresentação do contrato social consolidado pela empresa recorrida, solicitando análise técnica e posterior manifestação jurídica quanto às ponderações e explanações postas nas contrarrazões, *i.e.*, quanto ao atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida.

Salvo melhor juízo, alguns apontamentos merecem desdobramento a fim de que possa ser realizada a análise da legalidade e juridicidade, os quais serão abordados a seguir.

## II.1. Da Qualificação Técnica

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*  
*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*  
*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*  
*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*  
*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*  
*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*  
*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

A exigência de qualificação técnica-profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, sendo mais comum em obras e





serviços de engenharia. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório.

Conforme Marçal Justen Filho<sup>1</sup>:

*"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".*

Conclui-se, portanto, que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica tem por finalidade a comprovação de que a licitante possui experiência anterior no fornecimento/prestação de serviço similar, ou seja, já forneceu bem ou prestou serviço semelhante a outra empresa ou órgão de forma satisfatória, de forma a assegurar à Administração Pública que empresa executará o objeto licitado.

Do teor do certificado apresentado pela recorrida (fls. 406 do processo licitatório), verifica-se que a Certificadora Syngular atesta que a recorrida prestou e vem prestando serviços de certificados digitais, realizando a emissão de 9610 certificados.

Todavia, a própria recorrida, nas suas contrarrazões, afirma que o atestado de capacidade técnica juntado foi emitido pela empresa *AC Syngularidad* (Autoridade Certificadora - AC), que é a autoridade responsável pela emissão, renovação e revogação do certificado digital, enquanto a empresa recorrida figura como a autoridade registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital.

Logo, ao que parece, a recorrida não forneceu ou prestou qualquer serviço para a emitente do atestado de capacidade técnica (Certificadora Syngular), uma vez que ela mesma é a responsável pela emissão do certificado digital, sendo a recorrida apenas responsável pela identificação do requerente da certificação.

<sup>1</sup><https://www.migalhas.com.br/depeso/369406/os-limites-para-a-exigencia-de-capacidade-tecnica-operacional>





Neste viés interpretativo, s.m.j., o atestado de capacidade técnica apresentado não seria suficiente para a comprovação da aptidão exigida pelo art. 67, II da Lei nº 14.133/2021, eis que não foi emitido por quem contratou o serviço da recorrida.

Não obstante inexistir vedação acerca da apresentação do referido atestado, conforme se verifica da própria decisão da JFSC transcrita nas razões de recurso da recorrente (fls. 08), no sentido de que “(...) não há vedação na lei para aceitar o atestado de capacidade técnica emitido por empresa que tenha interesse na contratação”, tal conduta pode vir a ser questionada, na medida em que “(...) é passível de apontamento pelos órgãos de controle, o que por si só, é suficiente para o pregoeiro manter uma posição mais conservadora e em obediência aos princípios administrativos e licitatórios”.

Conforme anteriormente abordado, cabe ao Pregoeiro a condução do certame, com o julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, bem como decisão acerca do recurso, devendo, portanto, motivar a decisão consoante seu entendimento sobre o tema.

Ademais, a Lei nº 14.133/2021 dispõe acerca das condutas a serem praticadas nas fases de julgamento e habilitação:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

*I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.*

*§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*

*§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.*

Como se pode ver, com a introdução do art. 64 pela Nova Lei de Licitações, foi inserida a possibilidade de apresentação de novos documentos, em sede de diligência, que atestem a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, segundo interpretação dada pelo TCU, o que será abordado no tópico a seguir.





## II.2. Do Entendimento quanto à Possibilidade de Juntada de Documento Novo

O Tribunal de Contas da União já exarou decisão na acepção de “ampliar” o poder de diligência a ser realizado por pregoeiros quando da condução de certames e do não envio de documentos de habilitação, admitindo a juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, vez que não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, reforçando, por conseguinte, que a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação ou proposta, resulta em objetivo que vai contra o interesse público.

Nesse sentido, faz-se importante colacionar a ementa do referido Acórdão do TCU<sup>2</sup>:

*“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET.*

*Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”. (sem grifos no original)*

Do voto do Ministro Walton Alencar, relator do feito, pode-se perceber que foi apontada a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

<sup>2</sup> TCU, Acórdão n. 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021.





*"[...] Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.*

*[...]*

*Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim) .*

*Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.*

*O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.*

*As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.*

*Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.*

*Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) .*

*Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021) , que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:*





"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação."

*O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.*

*Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.*

*Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado".*

No Acórdão 2443/2021-Plenário<sup>3</sup>, datado de 06/10/2021, o TCU novamente afirmou a possibilidade de documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência:

**ENUNCIADO**

*A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. (sem grifos no original)*

Vale transcrever parte do voto do Relator Augusto Sherman no supracitado Acórdão:

<sup>3</sup> TCU, Acórdão nº 2443/2021, do Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 06.10.2021.





*"[...] 13. Ademais, conforme bem pontuado pela Selog, os pareceres jurídicos que pautaram essa decisão, ignoram a jurisprudência mais recente do Tribunal, notadamente o Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, cujo entendimento foi:*

*"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) ".*

*14. Desse modo, considero que a inabilitação da [licitante 1] foi irregular, e para que o interesse público seja preservado, acompanho a proposta da unidade instrutiva no sentido de que seja expedida determinação ao GAP-RJ para que promova a anulação da decisão administrativa que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1], que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da referida empresa.*

*Acórdão:*

*9.3. determinar ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de quinze dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:*

*9.3.1. promova a anulação da decisão da autoridade competente que reformou a decisão do pregoeiro quanto à habilitação da [licitante 1] no Pregão 45/2020, que ofertou o menor preço, com a consequente habilitação da citada Empresa, tendo em vista que a apresentação, em sede de diligência, do CAT 24097/2021 pela [licitante 1], emitido em 9/3/2021, destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, não se configura motivo plausível para a inabilitação do licitante, conforme entendimento firmado no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues. (sem grifos no original)*

Destarte, s.m.j., o novo entendimento consolidado é no sentido de que é possível, em sede de diligência, o envio de documentos para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Cabe ao pregoeiro, portanto, decidir acerca da necessidade de promoção de diligência solicitando a apresentação de outro(s) atestado(s) da empresa recorrida como complementação da documentação apresentada, desde que preexistente(s) à data da sessão de julgamento, com fundamento no art. 64 da Lei n. 14.133/2021 e na Jurisprudência do TCU (Acórdão n. 1.211/2021).





PROCESSO N° 10523

DIA 08/05/2024

Folhas N° 60 Rubrica R

### III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I** para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de maio de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347



## Prefeitura de Nova Friburgo Pregão Eletrônico 90.038/2024

3 mensagens

9 de maio de 2024 às 12:47

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>  
 Para: certagdigital@gmail.com, bebelgomeslima@gmail.com

Bom dia.

Venho através desse diligenciar o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA que foi motivo de recurso para a habilitação da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAL, Parte da documentação referente ao Pregão eletrônico, processo 2.981/2024. Solicito o envio de outro atestado de Capacidade Técnica com data anterior ao dia: 17/04/2024, início da licitação em pauta. A apresentação de um atestado resolve a questão quanto à documentação caso a empresa consiga comprovar a capacidade de atendimento do item solicitado sem causar qualquer prejuízo à documentação ou alterar a proposta como determina a Lei 14.133/2021. Cabe informar que tentamos vários contatos telefônicos nos números apresentados na documentação e presentes no SICAF, no entanto nenhuma ligação foi completada. Diante disso solicito que o atestado seja encaminhado com a maior urgência possível. Desde já agradeço e nos colocamos à disposição. Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto  
 Pregoeiro Comissão de Pregão I  
 Telefone: (22) 2525-9100 / 2525-9101 ramal: 287



**NOVA FRIBURGO**  
 PREFEITURA



SECRETARIA DE  
 INFRAESTRUTURA  
 E LOGÍSTICA

CERTAG CERTIFICADO DIGITAL <certagdigital@gmail.com>  
 Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

9 de maio de 2024 às 13:22

Em qui., 9 de mai. de 2024 às 12:47, Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com> escreveu:  
 Bom dia.

Venho através desse diligenciar o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA que foi motivo de recurso para a habilitação da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAL, Parte da documentação referente ao Pregão eletrônico, processo 2.981/2024. Solicito o envio de outro atestado de Capacidade Técnica com data anterior ao dia: 17/04/2024, início da licitação em pauta. A apresentação de um atestado resolve a questão quanto à documentação caso a empresa consiga comprovar a capacidade de atendimento do item solicitado sem causar qualquer prejuízo à documentação ou alterar a proposta como determina a Lei 14.133/2021. Cabe informar que tentamos vários contatos telefônicos nos números apresentados na documentação e presentes no SICAF, no entanto nenhuma ligação foi completada. Diante disso solicito que o atestado seja encaminhado com a maior urgência possível. Desde já agradeço e nos colocamos à disposição. Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto  
 Pregoeiro Comissão de Pregão I  
 Telefone: (22) 2525-9100 / 2525-9101 ramal: 287



3 anexos



**ORDEM DE SERVIÇO.jpeg**  
133K

 **NOTA FISCAL CREA.pdf**  
89K

 **NF CREA.pdf**  
89K

**CERTAG CERTIFICADO DIGITAL** <certagdigital@gmail.com>  
Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

9 de maio de 2024 às 13:23

**ATESTADO**

Em qui., 9 de mai. de 2024 às 13:22, CERTAG CERTIFICADO DIGITAL <certagdigital@gmail.com> escreveu:

Em qui., 9 de mai. de 2024 às 12:47, Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com> escreveu:  
Bom dia.

Venho através desse diligenciar o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA que foi motivo de recurso para a habilitação da empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUÇÕES DIGITAL, Parte da documentação referente ao Pregão eletrônico, processo 2.981/2024. Solicito o envio de outro atestado de Capacidade Técnica com data anterior ao dia: 17/04/2024, início da licitação em pauta.

A apresentação de um atestado resolve a questão quanto à documentação caso a empresa consiga comprovar a capacidade de atendimento do item solicitado sem causar qualquer prejuízo à documentação ou alterar a proposta como determina a Lei 14.133/2021.

Cabe informar que tentamos vários contatos telefônicos nos números apresentados na documentação e presentes no SICAF, no entanto nenhuma ligação foi completada.

Diante disso solicito que o atestado seja encaminhado com a maior urgência possível.

Desde já agradeço e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro Comissão de Pregão I  
Telefone: (22) 2525-9100 / 2525-9101 ramal: 287









 <b>CREA-RJ</b> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro				Nº 100/2023 <b>PROCESSO</b> 2023400392 <b>PROTOCOLO</b> 2023400392		
<b>ORDEM DE FORNECIMENTO</b>				<b>OBJETO</b> <input type="checkbox"/> MATERIAL <input checked="" type="checkbox"/> SERVIÇO		
Visatto Certificadora e Soluções Digitais Ltda Av. Santo Amaro nº 6.554 Santo Amaro – São Paulo - SP TELEFONE: (11) 97169.0927 CONTATO: E-MAIL:				<b>CNPJ</b> 34.260.596/0001-80		
<b>CNPJ: 30.722.213/0001-98</b>						
Nº DE ORDEM	CÓD.	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	-	Unid	20	- Fornecimento de certificados digitais. Tipo A3, e-CPF, ICP Brasil, com duração de 03 (três) anos.  (dois mil e quatrocentos reais)  <b>OBS:</b> → Conforme Termo de Referência nº 005/2023-COCC Proposta comercial.	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES, ANEXAR AO DOCUMENTO FISCAL, DECLARAÇÃO DE ACORDO COM A IN-SRF Nº 1234/2012-ARTIGO 4º</b> </div>						
<b>FAVOR CONSTAR NO CORPO DA NOTA FISCAL OS NºS DOS EMPENHOS: 2482 de 17/08/2023</b>						
<b>PRAZO DE ENTREGA</b>		<b>COND. DE PAGAMENTO</b>		<b>BANCO/AGÊNCIA/CONTA</b>		
5 (cinco) dias úteis		30 (trinta) dias		Informar no corpo da nota fiscal		
• A ENTREGA DEVERÁ SER EFETUADA NO SEGUINTE ENDEREÇO: RUA BUENOS AIRES, 40, SALA 903 – CENTRO – RIO DE JANEIRO/RJ. • O ENTREGADOR NÃO PODERÁ TRAJAR BERMUDAS. • EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES, ANEXAR AO DOCUMENTO FISCAL, DECLARAÇÃO DE ACORDO COM A IN-SRF Nº 480/2004 – Artigo 4º. • HORÁRIO PARA ENTREGA DE MATERIAL: DE 2ª FEIRA A 6ª FEIRA NO HORÁRIO DE 09H00 ÀS 12H30 E 14H00 ÀS 18H00.						
<b>ASSINATURA</b>		<b>DATA</b>		<b>ASSINATURA</b>		<b>DATA</b>
Fernando Soares Silva Supervisor de Compras Matrícula 1213 Crea-RJ		18/08/2023		Adriano Celio Magalhães Sampaio Coordenador de Compras e Contratos Matrícula 1305 Crea-RJ		18/08/2023

Vide observações no verso

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Celio Magalhães Sampaio e Fernando Soares Silva



 20240507u30722213000198	<b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b> <b>NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e</b>		Número da Nota <b>00003043</b>											
			Data e Hora de Emissão <b>19/10/2023 12:11:02</b> Código de Verificação <b>HCXB-TPCJ</b>											
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>														
	CPF/CNPJ: 30.722.213/0001-98		Inscrição Municipal: 5.998.669-7											
	Nome/Razão Social: VISATTO GESTAO EMPRESARIAL LTDA.													
	Endereço: AV SANTO AMARO 6554 - SANTO AMARO - CEP: 04702-002													
	Município: São Paulo		UF: SP											
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>														
Nome/Razão Social: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA EAGRONOMIA DO RIO														
CPF/CNPJ: 34.260.596/0001-80														
Inscrição Municipal: ----														
Endereço: AV RUA BUENOS AIRES 40, 9 - CENTRO - CEP: 20061-000														
Município: Rio de Janeiro														
UF: RJ														
E-mail: ----														
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b>														
CPF/CNPJ: ----														
Nome/Razão Social: ----														
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>														
"Fornecimento de 15 unidades de certificados digitais, do tipo A3, e-CPF, ICP Brasil, com duração de 03 (três) anos, 2 tokens e deslocamento de AGR para atendimento da demanda, conforme Ordem de Fornecimento nº 100/2023 (Processo 2023400392) e relação de emissões contidas em documento anexo."														
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 2.065,00</b>														
<table border="1"><tr><td>INSS (R\$)</td><td>IRRF (R\$)</td><td>CSLL (R\$)</td><td>COFINS (R\$)</td><td>PIS/PASEP (R\$)</td></tr><tr><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr></table>					INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)	-	-	-	-	-
INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)										
-	-	-	-	-										
Código do Serviço <b>01999 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.</b>														
<table border="1"><tr><td>Valor Total das Deduções (R\$)</td><td>Base de Cálculo (R\$)</td><td>Alíquota (%)</td><td>Valor do ISS (R\$)</td><td>Crédito (R\$)</td></tr><tr><td>0,00</td><td>*</td><td>*</td><td>*</td><td>0,00</td></tr></table>					Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)	0,00	*	*	*	0,00
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)										
0,00	*	*	*	0,00										
Município da Prestação do Serviço		Número Inscrição da Obra		Valor Aproximado dos Tributos / Fonte										
-		-		-										
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>														
(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional;														





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA**, CNPJ nº 30.722.213/0001-98, estabelecida na AVENIDA SANTO AMARO, Nº 6.554, BAIRRO: SANTO AMARO, na cidade de SÃO PAULO-SP CEP: 04702-002 forneceu serviços de Certificação Digital para esta autarquia federal, **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**, CNPJ nº 34.260.596/0001-80, situada na R. BUENOS AIRES, Nº 40, BAIRRO: CENTRO, na cidade do RIO DE JANEIRO-RJ – CEP: 20.070-022.

O serviço abaixo especificado:

- Emissão de certificado e-CPF A3 3 Anos.

Atestamos ainda para os devidos fins que a empresa **VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA**, possui histórico de aquisição com esta autarquia federal, **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ**.

Atestamos ainda que, os serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

ADRIANO CELIO  
MAGALHAES

SAMPAIO:96425695  
315

Assinado de forma digital por  
ADRIANO CELIO  
MAGALHAES  
SAMPAIO:96425695315  
Dados: 2024.05.07 16:42:28  
-03'00'

**Adriano Célio Magalhães Sampaio**

**Coordenador de Apoio às Câmaras e Comissões**



**Comissão de Pregão I**

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2024.

Processo Licitatório nº: 2.981/2024

Processo Recurso nº: 10.523/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.038/2024

**OBJETO:**

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ: 26.768.764/0001-15, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 10.523/2024.

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 18/04/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 2.981/2024, a empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 17.



### Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que:

- 1) O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA (Autoridade de Registro - AR), tem como emitente a AC SYNGULARID (Autoridade Certificadora - AC), que é a certificadora que irá emitir o próprio certificado, ou seja, quem atesta é o próprio Agente Certificador que será beneficiado na venda, sendo óbvio o seu interesse na vitória da empresa VISATTO, fato este que pode ser confirmado em simples diligência na cadeia hierárquica da ICP BRASIL;
- 2) a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA não apresentou as duas últimas alterações contratuais, que ocorreram nas seguintes datas: Data: 30/08/2023, sob o registro n.º: 1.161.256/23-4; e Data: 04/10/2023, sob o registro n.º 1.189.385/23-5; como pode ser verificado na através do Portal de Serviços da Junta Comercial do Estado de (JUCESP), descumprindo o exigido nos itens 15.4. e 15.11. do Edital.



**Comissão de Pregão I**

**III. DOS PEDIDOS**

Requer que o presente RECURSO ADMINISTRATIVO seja recebido e julgado TOTALMENTE PROCEDENTE, para fins de:

- a) INABILITAR a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, apresentou atestado de capacidade técnica inválido/imparcial, emitido pela própria certificadora para a qual trabalha, ou seja, a ATESTANTE não é consumidor, e sim FORNECEDOR dos certificados. Logo, o atestado de capacidade técnica fora emitido por empresa que tem interesse na licitação/contratação, fato que lhe retira a idoneidade necessária para emitir o atestado de capacidade técnica, ainda mais por não ser usuária final do serviço;
- b) INABILITAR a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA, ora que, não apresentou as duas últimas alterações contratuais, uma em 04/10/2023, sob o registro nº: 1.189.385/23-5, como pode ser verificado na Certidão Simplificada da Recorrida, e outra em 30/08/2023 sob o registro nº: 1.161.256/23-4, conforme consultado através do Portal de Serviços da JUCESP, descumprido o exigido no item 15.11. do Edital;
- c) Caso não seja de convicção deste pregoeiro, seja o presente recurso encaminhado para o Jurídico para fins de parecer, e ao final seja encaminhado à autoridade superior competente para fins de análise e julgamento final.

**IV. DAS CONTRARRAZÕES**

Em síntese, a empresa VISATTO CERTIFICADORA E SOLUCOES DIGITAIS LTDA alega que apresentou no ato da entrega dos documentos ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, de total acordo com o edital de uma instituição privada



### Comissão de Pregão I

onde formaliza a capacidade técnica, quantitativos de emissões, assinada digitalmente, "Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, pertinente, por meio da apresentação atestado, por pessoas jurídicas de direito privado".

Em conformidade com as normativas vigentes do ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a AC SyngularID seria uma Autoridade certificadora de 1º nível, com deferimento em 12/04/2022, através do Despacho de Credenciamento No 98/2022/PRESIDÊNCIA. Cabe ainda destacar que a atuação da AC SyngularID e AC yngularID Múltipla seria como Autoridade Certificadora, de 1º e 2º nível, respectivamente. A Autoridade (61) 33528270 / 984257039 AVENIDA SANTO AMARO, 6.554 - CEP 04702-002 SP. Certificadora possui atribuição de emissão, renovação e revogação do certificado digital, sendo a Autoridade de Registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital, no caso, a AR VISATTO.

Conforme DOC-ICP 03, versão 7.1, item 2.1.2, disponível em [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br), toda Autoridade de Registro deverá possuir vínculo operacional com uma Autoridade Certificadora. Adicionalmente, poderá uma Autoridade de Registro possuir múltiplos vínculos com autoridades Certificadoras distintas. A estrutura completa operacional da ICP-Brasil está disponível em [www.estrutura.iti.gov.br](http://www.estrutura.iti.gov.br).

Com referência à contestação da empresa quanto à AUSÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, a recorrida alega que a última alteração contratual CONSOLIDADA estaria inserida no SICAF e que desde que a última alteração seja consolidada, as anteriores não seriam necessárias em circunstância alguma, o que tornariam descabidas as alegações da recorrente.



Comissão de Pregão I

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à apresentação do contrato social, a empresa encaminhou a nona alteração consolidada, conforme o próprio contrato, podendo tal documento também ser conferido no site da JUCESP.

Conforme parecer da Procuradoria Geral do Município acostado às fls. 49 a 60, a própria recorrida afirmou em suas contrarrazões que o atestado de capacidade técnica juntado foi emitido pela empresa A C Syngularidad (Autoridade Certificadora – AC), que é a autoridade responsável pela emissão, renovação e revogação do certificado digital, enquanto a empresa recorrida figura como a autoridade de registro responsável pela identificação do requerente da certificação digital.

Logo, ao que parece, a recorrida não forneceu ou prestou qualquer serviço para a emitente do atestado de capacidade técnica (Certificadora Syngular), uma vez que ela mesma é a responsável pela emissão do certificado digital, sendo a recorrida apenas responsável pela identificação do requerente da certificação digital.

Dessa forma, o atestado de capacidade técnica apresentado não seria suficiente para a comprovação da aptidão exigida pelo art. 67, II da Lei nº 14.133/2021, eis que não foi emitido por quem contratou o serviço da recorrida.

No entanto, o art. 64 da Nova Lei de Licitações prevê a possibilidade de apresentação de novos documentos, em sede de diligência, que atestem a condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, segundo interpretação dada pelo TCU.

Dessa forma, foi solicitado pelo pregoeiro o envio de outros atestados da empresa recorrida como complementação da documentação apresentada,





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 10.523/2024

RUBRICA: *cp.* FOLHA: *72*

### Comissão de Pregão I

conforme e-mail acostado às fls 61, tendo tais documentos atendido satisfatoriamente a aptidão exigida pelo art. 67, II da Lei nº 14.133/2021, conforme fls. 64 a 66.

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa CONFIANCA EMPREENDIMENTOS DIGITAL LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.038/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.038/2024.

Nova Friburgo, 22 de maio de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Proc. 10.523/2024

Rubrica:  Fls. 73

## INFORMAÇÃO

Considerando a decisão de recurso referente ao pregão eletrônico nº 90038/2024, processo licitatório 2981/2024, acostada às fls 67 à 72 pelo Srº Pregoeiro, dou ciência e de acordo com a referida decisão.

Nova Friburgo, 23 de maio de 2024.



**Gilcimar Cabral**

Secretária de Infraestrutura e Logística

Mat.: 100.719